
RESENHA

PEABODY, Sue. *"There are no slaves in France": the political culture of race and slavery in the Ancien Régime*. New York: Oxford University Press, 1996.

A escravidão na Metrópole

Renato Pinto Venancio

DEHIS/UFOP - Pesquisador do CNPq

Conforme aprendemos nos livros de história moderna, a escravidão foi uma instituição específica do mundo colonial. Embora aceita por muitos, tal afirmação tem sido, nos últimos dez anos, revista em inúmeros estudos elaborados por pesquisadores europeus e norte-americanos. O livro de Sue Peabody é um exemplo dessa renovação. De acordo com a autora, a segunda metade do século XVII foi uma época marcada pela introdução de escravos africanos na sociedade francesa. Durante o referido período, a França estabeleceu, nas ilhas caribenhas, um poderoso sistema escravista voltado à produção de açúcar. A partir de então, começam a ser registrados casos de proprietários de terras, comerciantes e funcionários que, quando se deslocavam, provisoriamente ou definitivamente, à Metrópole, levavam consigo escravos domésticos. Inicialmente, essa prática foi combatida através de cláusulas do *Code Noir* (1685), que restringiam a escravidão ao mundo colonial. Tais determinações, contudo, não foram respeitadas e, em razão da pressão da elite colonial, o Rei, em 1716, sancionou um decreto no qual determinava as regras de permanência dos escravos no território francês. De acordo com a nova lei, para trazer escravos à França, os colonos deveriam solicitar autorização junto às autoridades coloniais e metropolitanas. Além disso, o colono comprometia-se a não comercializar cativos em território francês, ao mesmo tempo que as autoridades restringiam a possibilidade da reprodução da população cativa, alforriando os que se casavam. O aspecto mais interessante a respeito da implementação dessa nova medida foi o fato de ela não ter sido aceita por todos. Nas áreas vinculadas ao tráfico internacional de escravos, como, por exemplo, Nantes e La Rochelle, o édito foi acatado; já o Parlamento de Paris se recusou a subscrevê-lo. A análise que Sue Peabody faz dessa recusa é fascinante. Os legisladores

parisienses alegaram o "Princípio da Liberdade", ou seja, o princípio de que o elemento diferenciador da história francesa em relação aos períodos anteriores era o da não aceitação da escravidão, sublinhando a similaridade linguística entre os termos "France" e "affranchissement"(libertação). Dessa maneira, a partir de 1716, observamos na França a existência de regiões que reconheciam a instituição escravista e outras que não a reconheciam. Ora, à medida que as Colônias prosperavam, mais e mais cativos eram enviados ao território francês, como serviçais domésticos ou para instrução técnica em atividades artesanais. Segundo Sue Peabody, na Metrópole, a população negra, na década de 1730, atingiu a casa dos quatro mil homens e mulheres. Essa situação levou a uma nova ofensiva do Rei que, em 1738, sancionou uma lei limitando em três anos a estadia dos escravos em solo francês, além de restringir as alforrias e proibir os casamentos. A lei determinava ainda que os escravos não registrados seriam confiscados e enviados às colônias para trabalharem em obras públicas. Uma vez mais, o Parlamento de Paris recusou-se a reconhecer a lei; animados com essa recusa, os escravos parisienses, através de advogados que identificavam escravidão a absolutismo, começaram a multiplicar as solicitações de liberdade. Sue Peabody identifica, para o período compreendido entre 1730 e 1790, 247 concessões de liberdade a cativos. A análise dos textos dos processos é reveladora. A autora investiga, por exemplo, a complexa rede de relações sociais que envolviam os escravos e os homens livres, assim como a emergência do racismo e da crítica iluminista ao sistema escravocrata.

Por último, Sue Peabody avalia o impacto da Revolução Francesa. Em 1794 é decretada a abolição, mas, em 1802, tal decisão foi revogada. Por essa época, ressurgem os processos de solicitação de liberdade, sendo o último acordado em 1843, cinco anos antes da extinção do sistema escravista em todos os territórios franceses. Infelizmente, Sue Peabody aborda superficialmente esse último período. Estudos mais profundos talvez revelem, para o caso francês, uma política semelhante a implementada pelos britânicos. Na fase imperialista, as autoridades inglesas enviaram a população negra livre que vivia na Metrópole para as novas colônias africanas, efetuando então uma política de "purificação racial" *avant la lettre* e fornecendo as bases materiais para o mito de uma Europa milenarmente branca.